



LÍNGUA, CULTURA, RELIGIÃO E NAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

Pierre Guisan (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

R e s u m o : Este artigo tem como objetivo provocar uma reflexão sobre a questão da língua, da cultura e da nação no mundo e no Brasil, tanto do ponto de vista histórico como em sua problemática atual. Ele foi escrito pelo professor de francês que sou, o que explica a escolha de exemplos e a exploração de fontes europeias e de língua francesa. Entretanto, acredita-se que, pelo fato que os estudos sistêmicos pretendem uma abordagem de caráter plenamente científico, as conclusões são gerais, embora não deixem de ter um valor heurístico exemplar. A minha única intenção é tentar contribuir para o debate renovado nessa área de conhecimento das ciências humanas, no que a jovem disciplina Ecolinguística pode dar grandes contribuições.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua, cultura, religião, *standard*, estado-nacional.

A b s t r a c t : The objective of this article is to suggest a reflection about language, culture, and nation in Brazil and in the world, from the historical and present-day point of view. It was written by the teacher of French that I am, what legitimizes the election of European and especially French examples and sources I make use of. However, due to the fact that systemic studies aim at having a scientific character, it is possible that the conclusions have a general validity, without losing a certain specificity. My only intention is to attempt at contributing with the on-going debate in this area of human sciences, as is the case with the young discipline Ecolinguistics.

K e y w o r d s : Language, culture, religion, standard, nation-state.

1. As metáforas tradicionais

O texto que segue apresenta algumas reflexões elaboradas a partir de alguns casos concretos que ilustram as relações complexas entre as línguas e o seu meio ambiente, o qual pode ser considerado sob múltiplas perspectivas, como, por exemplo, os indivíduos e as comunidades de falantes, ou os contatos com outras línguas, ou ainda os territórios nos quais são faladas, as variações e mudanças que as afetam e assim por diante.

Apesar dos progressos que as várias especialidades da pesquisa linguística alcançaram, até recentemente faltava uma visão holística que levasse em conta de forma dialética e abrangente as várias perspectivas que tentam entender o que constitui aquilo que chamamos de **língua**. Assim se explica a exigência cada vez mais explícita da transdisciplinaridade que os estudos sistêmicos podem oferecer.

A questão das línguas evidencia o desamparo dos que se dedicam a falar delas, a descrevê-las ou, para os mais ambiciosos, a explicá-las, pelo fato de ter que recorrer a metáforas para realizar essas metas.

A começar pela designação da “coisa” em si. Apenas nas línguas românicas e em grego ela tem o nome de um órgão de natureza anatômica, cuja funcionalidade principal certamente não era o da expressão, da comunicação ou da afirmação da identidade coletiva! Dentes, lábios, faringe, mobilidade do rosto ou das mãos, contribuem tanto quanto a língua para a realização da fala. Sem falar das línguas que dispensam totalmente o uso deste órgão, como as línguas dos sinais.

Outro exemplo de metáfora: língua é um ser vivo, que nasce, cresce e morre. Pertence a uma família de línguas, e podemos reconstituir a sua árvore genealógica, a qual vai comportar mães, irmãs, primas e filhas. Tal metáfora teve certamente um valor pedagógico e heurístico, mas resultou também num efeito perverso, quando esquecemos que se tratava de mera metáfora, com os seus limites. De fato, a língua não é um ser vivo, mas o reflexo já havia sido criado. Tratava-se de uma representação que se encaixava perfeitamente na ciência positivista da época, e na doutrina darwiniana da evolução das espécies.

Outra consequência perversa foi a crença que instaurou uma hierarquia evolucionista entre as línguas, que vão se aperfeiçoando no decorrer de uma evolução seletiva. O resultado foi, entre outros, o de criar um mito, isto é, o da perfectibilidade das línguas, da sua categorização distinguindo línguas de dialetos, falares, pidgins, crioulos, e assim por diante. Há línguas primitivas e línguas evoluídas. Há línguas com escrita e línguas ágrafas, ou, em outros termos, “analfabetas”. Há línguas com literatura, e línguas pitorescas “apenas” orais. Enfim, há línguas puras, e línguas deformadas, impuras, adúlteras, sodomitas até!

Assim é que uma preocupação científica positivista pode se tornar um mito ideologicamente racista, cegada pelo fato de se limitar a alguns aspectos, sem levar em consideração outras dimensões que poderiam ter sido evidenciadas com o auxílio de outras disciplinas, como, por exemplo, a neurologia, a psicologia infantil ou a antropologia.

No nosso modo de ver, a ecolinguística, seguindo o modelo formal dos estudos sistêmicos, pode contribuir para superar os impasses aos quais chegam as disciplinas especializadas. A filologia românica tradicional, por exemplo, será incapaz de explicar

muitos traços das línguas românicas sem o socorro da germanística. A língua francesa inclui um grande número de traços ditos germânicos, como a regra V2 (verbo em segunda posição), a inversão interrogativa, a localização do infinitivo no final da oração, o vocalismo fonético, são alguns dos traços que marcam o caráter germânico da língua francesa, e que explicam também as variações constatadas entre as variantes locais.

A mudança linguística se explica basicamente como sendo o resultado de duas necessidades contraditórias e incompatíveis: a exigência de economia (de tempo), no discurso, e a clareza na compreensão (que geralmente se realiza mediante insistência e repetição, procedimentos que prolongam o tempo de discurso).

São apenas uns exemplos que demonstram a necessidade de se recorrer sempre a mecanismos extralinguísticos para descrever e explicar fatos estritamente linguísticos. Mas teremos logo a seguir outras ilustrações de casos mais desenvolvidas que não poderiam ser investigados de forma satisfatória sem a ajuda da perspectiva sintética e holístico-crítica dos estudos sistêmicos, que são a dialética entre língua e nação de um lado, e entre língua e cultura, do outro.

2. Definir as línguas, as suas relações dentro e fora de uma comunidade e as suas instrumentalizações

Trata-se aqui de compartilhar algumas reflexões a respeito da pertinência de se rever o conceito social de *línguas*, assim como as relações que elas mantêm entre si. Isto fundamenta uma revisão da função histórica do francês dito *standard*, por exemplo, esboçando assim também uma hipótese sobre o seu provável futuro. A mim me parece que somos herdeiros de fato de uma *Weltanschauung*, surgida a partir do Iluminismo e reforçada tanto pelo Romantismo como pelo Positivismo. A imagem que a maioria de nós parece manter geralmente seria a de línguas caracterizadas por essa norma *standard*, cuja modalidade escrita exerce uma autoridade hegemônica indiscutível e aceita por quase todos os locutores. Em torno dessa norma, reconhecida como tal, gravitariam uma multidão de variantes¹ satélites, no caso todos *letos*, dialetos, socioletos etc., descritos,

¹A sociolinguística brasileira se acostumou consensualmente a adotar o termo de *variedade*, para designar uma forma particular da língua tal como falada por determinada comunidade. Preferimos o termo de *variante*, que utilizaremos ao longo do presente artigo. Com efeito, a palavra *variedade*, a nosso ver, define geralmente uma **qualidade** daquilo que apresenta grande número de (vários) estados diferentes, cada um considerado uma *variante*. Prefiro me conformar a definições tais como são aceitas pela maioria dos falantes e registradas nos dicionários da língua portuguesa, em vez de contribuir para a construção de um jargão próprio de alguns poucos especialistas!

por exemplo, por William Labov e seguidores. Esses sistemas planetários constituiriam umas *fonias*, universos que se justapõem, coabitam, e podem estabelecer contatos ou até entrar em conflitos. Fala-se, portanto, hoje em dia, de francofonia, de lusofonia, quando se falava outrora em pangermanismo, panslavismo etc., cada época veiculando as suas ideologias.

Não há dúvida de que tal concepção de justaposição de sistemas, cada um sendo constituído de uma língua-norma e das suas variantes subalternas, corresponde a uma realidade relativamente recente, a qual não é necessariamente destinada a permanecer². De fato, estamos assistindo nos dias de hoje a um esfacelamento das identidades nacionais, e com elas de uma penca de estruturas e de sistemas sobre os quais elas se apoiavam. Desmoronam também em particular os sistemas planetários³ de línguas ditas nacionais, das suas normas cercadas de suas respectivas variantes. Assim é que o servo-croata dá origem a duas línguas que vão aprofundando e valorizando suas diferenças com rapidez. Da mesma forma, o tcheco deve cada vez mais se distinguir do eslovaco, e não seria estranho se se assistisse ao nascimento de um boêmio, de um morávio, ou ainda de uma norma própria à cidade de Brno.

Acima de tudo, pretendemos dizer com isso que o processo atual, geralmente descrito como sendo o de ressurgimento de ideologias nacionalistas, poderia na realidade se revelar de uma natureza totalmente diferente, na medida em que o Estado Nacional, com certeza, não preenche mais as funções que detinha no período do processo de expansão e consolidação do capitalismo da revolução industrial, que foi tão bem descrito por HOBBSAWM (1994). Pessoalmente, eu tenderia a ver nas mudanças contemporâneas um desmoronamento ou um esfacelamento das estruturas que garantiam a coesão do sistema mundial e, conseqüentemente, o esfacelamento das línguas nacionais e das suas normas, assim como, quem sabe, uma volta a um estado anterior de mosaico de falares, com um relativo abandono das normas em uso até agora, em favor de uma grande língua veicular – e não é difícil prever qual seria a *koiné*⁴ eleita, se não for o caso desde já.

²O uso que predominou até os nossos tempos modernos era o de um sem-número de variantes dialectais locais, ao lado de uma língua comum “letrada”, como o latim na Europa ocidental, e posteriormente em línguas ditas da “norma”, “nacionais”, ou ainda do árabe clássico em outras regiões como na Península Ibérica, no Sul e no Leste do Mar Mediterrâneo; entretanto, todas elas não constituíam a língua materna da imensa maioria da população.

³Para evitar qualquer mal-entendido, é preciso especificar aqui que entendemos como sistema *planetário* toda estrutura que funciona à imagem dos astros que gravitam uns em torno de outros, segundo uma ordem hierárquica, como Louis-Jean CALVET (2004) propõe, sob o nome de estrutura *gravitacional*.

⁴ Chamamos aqui de *koiné* todo falar usado principalmente nas atividades comerciais entre povos e indivíduos de línguas diferentes, sem que nenhuma geração venha a adotá-la como língua “nativa”, num

Entretanto, voltarei a falar dessa hipótese de prospectiva que, naturalmente, estaria se constituindo através dos meios de comunicação e de deslocamentos que caracterizam o que se chama de *globalização*.

Para exemplificar a representação que se teve das línguas, no que diz respeito ao seu domínio, ao seu território e à sua legitimidade, vou recorrer aqui a dois principais exemplos relativamente bem estudados quanto às relações e aos conflitos linguísticos, tais como se consolidaram e evoluíram em dois países aparentemente muito diferentes, o Brasil e a Suíça, tentando estabelecer o que nesses exemplos há de uma possível generalização.

3. Língua e religião: o paradigma francês

Podemos de certa forma afirmar que de fato a maioria das “*grandes*” línguas se tornaram religiões, no sentido de que as religiões, além de pretenderem instituir um relacionamento entre o indivíduo e o divino, organizam, principalmente através de uma teatralização dramática e ritualização, vínculos forjados entre indivíduos de uma mesma comunidade, que assim se sentem como sendo membros de um corpo superior, que chamaremos de *polis*, república, clã, ou nação, de acordo com os lugares e as épocas. Trata-se, portanto, de muito mais do que uma metáfora cômoda. Sendo entendida assim, a língua seria apenas um mito identitário, ao lado de outros mitos que preencheriam a mesma função, como seria o caso principalmente da religião, da raça ou do território. É preciso insistir aqui sobre o fato de território e raça serem, eles também, em última análise, meros mitos construídos, cuja realidade aparente funciona na estruturação da identidade coletiva apenas na medida em que se estabelece uma fé comum para que tenham esse papel.

A língua francesa, de certo modo assumiu um papel mundializado específico que, longe de ser o de uma língua *nacional*, foi o de uma língua *koiné* das elites europeias no momento em que elas se preparavam para ter um papel hegemônico, graças ao movimento do colonialismo europeu⁵. Todas as línguas europeias, mediante sua *gramatização*, termo que retomamos do AUROUX (1994), se constituem em normas escritas, numa primeira

fenômeno de crioulização, por exemplo. Tal falar pode ficar em uso durante séculos, sem adquirir norma fixa, e sempre ficando a “língua de ninguém”, como foi o caso da *Língua Franca* do Mediterrâneo da Idade Média, de um português “simplificado” no Oriente até o século XIX, ou de um inglês lexical com sintaxe rudimentar até hoje.

⁵O paradoxo é que, durante o período em que o francês desfrutava do *status* de língua “internacional” reconhecido pelas elites aristocráticas, literárias e artísticas europeias, não era língua materna da maioria dos súditos ou cidadãos da França, situação que perdurou até o fim do século XIX.

etapa, e em modalidades orais em seguida, preparando a constituição ideológica, logo política, das diferentes unidades nacionais. Sendo a França na época o país que mais rapidamente e completamente se centralizou e unificou no continente europeu, a sua língua, que havia se tornado *nacional*, vai assim representar um modelo, mais do que o castelhano, o *hochdeutsch* ou o português, por exemplo. Esse caráter de modelo vai resultar numa certa universalização, que, aliás vai se tornar pouco compatível com a sua aspiração propriamente nacional a partir da Revolução de 1789, o que explica provavelmente a sua adoção pelas classes dirigentes europeias, de Berlim a Berna, entre outras *capitais*⁶.

4. Língua e escrita, liberdade e repressão

Um grande número de historiadores, filólogos e linguistas se debruçou recentemente com um olhar novo sobre esses assuntos, que se pensava já haverem sido estudados de forma exaustiva, como a emergência dos estados nacionais, das línguas e das literaturas nacionais, de modo que está se delineando uma revisão radical de perspectiva na área⁷. Notamos a partir de então que foi superada, a partir dos tempos modernos, uma situação de mosaico de variantes orais sem fronteiras claramente estabelecidas⁸, as quais coabitavam todas com uma única outra língua escrita, normalizada – o latim, no que diz respeito à cristandade ocidental –, língua não materna de uma minoria, os intelectuais e o *clero*, como eram chamados na época. Esse latim era conhecido apenas por uma pequena elite, fato que, aliás, nos leva a relativizar as concepções que tradicionalmente distribuem historicamente as sociedades entre as que, de um lado, possuem uma escrita, e as outras que são desprovidas de grafias. Tal situação, que atribui a competência da leitura e da

⁶Neste exemplo, as famílias aristocráticas que governavam esta pequena república bernense vão afrancesar os seus sobrenomes, substituindo desde o século XVIII a partícula nobiliária – ou rural – germânica *von* por *de* (como *de Meuron*, *de Kalbermatten*, até quando como nesse último patronímico seria difícil dissimular as inequívocas origens rurais : *Kalbermatten* = as pastagens dos bezerros!)

⁷Vale mencionar aqui nomes como CHARTIER (2008), AUROUX (1992), HOBSVAM (1994), ANDERSON (2000), SAÏD (2001), GELLNER (1999) e SAND (2008).

⁸Havia portanto uma época em que, num itinerário em linha reta, por exemplo de Paris a Viena, o viajante passava quase insensivelmente de uma área na qual se falava um dialeto de *Ile-de-France* ao dialeto vienense, transitando por todas as variantes justapostas sucessivas tais como o falar da Champanha, seguido do da Lorena, da Alsácia, da Floresta Negra, da Suábia, da Baviera e da Baixa-Áustria, que se distinguiam sucessivamente por uma proporção crescente de traços lexicais, morfossintáticos, fonéticos e prosódicos ditos *germânicos*. Entretanto, revelava-se tarefa impossível estabelecer linhas de demarcação geográficas entre falares regionais vizinhos. A mesma constatação poderia ser feita ao longo de outro itinerário, saindo de Lyon, e passando por Marselha, Nice, Gênova, Pisa e Roma, ou enfim ao longo de qualquer itinerário do Velho Mundo. Em tal perspectiva, qualquer tentativa de se estabelecer um atlaslinguístico no qual cores representariam línguas resultaria num quadro desbotado impressionista, onde haveria apenas uma mistura e uma fusão de nuances infinitas.

escrita a uma ínfima minoria especializada da população, parece até ser a regra mais geral na história, que reúne o clero medieval, os escribas egípcios, os mandarins hãnses e as mulheres tuaregues⁹!

A grande revolução será, a partir de uma língua que era unicamente escrita, numa primeira etapa, assim como o francês escrito do Renascimento, a emergência de uma norma oral que, ao permitir uma homogeneização linguística do território, vai contribuir para a construção de fronteiras linguísticas e do mito da **língua nacional**, língua do estado. A partir disso, fazer dela um patrimônio milenar que refletisse a essência e ou gênio dos povos, era apenas um passo, e a mistificação se completou com rapidez, com consequências catastróficas arrastadas por todas as derivas nacionalistas.

Entretanto, a situação atual permite vislumbrar uma inversão do processo, na medida em que a hegemonia dessa língua *standard* parece estar seriamente ameaçada pelo advento de uma diversidade de meios de comunicação que tornam a cada dia mais tênue a fronteira que delimitava estritamente os domínios respectivos das modalidades orais e escritas, assim como das suas especificidades. É só pensar no caráter efêmero dos *chats* na internet, ou na possibilidade de gravação que fixa a fala. Mas, voltemos para a fase anterior, quando aparecem as línguas escritas ditas *standard*.

5. A instrumentalização da língua mediante a “normatização”

A partir do Renascimento, com o advento da tipografia e da difusão da imprensa, um novo paradigma vai direcionar a representação das relações entre as línguas. Desde então, o modelo dos tempos modernos vai ser o de uma língua *standard*, a qual deve se impor face às variantes consideradas como o veículo do atraso cultural, dialetos pitorescos no melhor dos casos, porém em geral vistos como obscuros e primitivos *patuás* fadados à eliminação em nome do progresso. Tal modelo de variante *standard* única, valorizada ao excesso no âmbito do jacobinismo francês, vai, entretanto, se impor na maioria dos outros contextos linguísticos. Evidentemente, outras lendas serão forjadas para contribuir com a edificação do mito da *pureza* e da legitimidade da variante forjada. A “doce língua da *Ile-de-France*” terá assim seu correspondente na Itália com o *dolcestilonuovo*, contemporâneo de Dante, na Alemanha com o *hochdeutsch* da bíblia de Martin Luther,

⁹Com as exceções notáveis das sociedades das religiões ditas do Livro, isto é, do judaísmo, do islã e do protestantismo cristão, nas quais os fiéis têm o dever de ler, consultar e se referir ao livro sagrado no cotidiano das suas vidas.

ou ainda na obra de Camões, de certo modo fundadora da identidade lusa face à ameaça pan-ibérica castelhana. Mas é se de reparar que em nenhum lugar a violência linguística centralizadora alcançou o nível da política da língua nacional francesa dos séculos XIX e XX.

KLINKENBERG (2011) fala de um gerenciamento da língua que trata antes de tudo de questões de detalhes gramaticais, que é preciso vigiar, para que o discurso esteja em conformidade com a “boa” linguagem, o que garante a sua legitimidade e, portanto, sua autoridade, independentemente de qualquer determinação social ou histórica. O mesmo autor propõe na sequência que seja invertida a relação entre o usuário e a sua língua, isto é, que a língua esteja realmente a serviço do falante, logo, que o indivíduo dela faça uso sem se submeter às suas regras estáticas que, afinal, o tornam prisioneiro delas¹⁰. Tal expectativa, longe de ser irrealizável, parece realmente estar atualmente em vias de implementação, quando se constata novas formas tomadas pela escrita através de novas mídias, e caráter instável, efêmero e fluído, que surgem na comunicação dos dias de hoje, à luz da mundialização dos intercâmbios instantâneos.

A questão mais geral se tornou, portanto, a da mudança de paradigma nas relações entre as línguas, tal como aparece na história da tradução em particular, ou na história das normas convencionais em geral¹¹, em que um grupo de línguas mais ou menos vizinhas geográfica e politicamente se refere a uma língua-norma, uma espécie de *koiné* que, no fundo, não é língua materna de ninguém, logo, *língua franca* de todos: o grego helenístico, o latim do Império ou da Igreja, o francês das cortes europeias, o inglês *globish*, o chinês mandarim, ou ainda o *pasarmalaiu* no sueste da Ásia. Gostaria aqui de me referir ao modelo de sociedade descrito em particular por GELLNER (1999), segundo o qual as sociedades históricas eram compostas basicamente de *segmentos*, relativamente autônomos e autárquicos, as aldeias, com as suas economias agrícolas, que dispensavam geralmente relações comerciais, espaciais, com as comunidades vizinhas, não dependendo delas, portanto. Tal situação se refletia naturalmente num mosaico linguístico

¹⁰Um dos primeiros autores dos tempos modernos a entender o absurdo de se querer regulamentar uma língua foi Victor Hugo, quando afirmou que uma língua com regras estáveis era uma língua morta.

¹¹Para evitar qualquer mal-entendido com aquilo que a sociolinguística significa geralmente atualmente, convém observar aqui que o que entendemos por *norma convencional* deve ser compreendido também no sentido relativamente restrito que é o da filologia, onde a norma *standard* resulta de uma construção política, senão planejada, pelo menos proposta. A Idade Média foi o cenário de numerosas tentativas, da parte dos intelectuais do clero, de elaboração de tais normas, em particular na península ibérica, para substituir o latim eclesiástico. Estes empreendimentos tiveram sucesso apenas com o Renascimento (do qual afinal foram a causa, certamente com a ajuda decisiva da tecnologia (a tipografia na imprensa, com as mutações sócio-políticas ocorrendo junto com a emergência dos estados nacionais).

de falares locais, onde as variantes dialetais eram a regra, tornando dispensável qualquer norma comum. Entretanto, no topo hierárquico dessas sociedades existiam elites minoritárias que as dominavam: o clero, cortes aristocráticas, comerciantes ou mandarins, que estabeleciam vínculos com os seus pares, em áreas espaciais que podiam alcançar dimensões consideráveis. Consequentemente, o papel de uma língua de intercâmbio constituía uma necessidade.

Nos dias de hoje, o esquema ao qual ficamos acostumados, é o de línguas territorializadas, separadas por fronteiras, línguas *standard* geralmente chamadas de nacionais, que convivem mais ou menos pacificamente umas com as outras, embora possam às vezes se sobrepor, levando assim a fenômenos complexos de contatos, conflitos e empréstimos mútuos. Seria possível assim conceber um mapa colorido das línguas, no modelo dos mapas políticos das nações do mundo. Ora, tal visão revela uma simplificação enganosa, cujo modelo é certamente a concepção que divide o mundo em estados nacionais, desde o século XIX até os dias de hoje¹².

6. A mitologia da história nacional da língua no Brasil

Admitimos aqui que o que se costuma chamar de olhares cruzados ou de olhares recíprocos são reconstruções que têm que se enquadrar numa certa visão da história. Levamos em conta essa perspectiva, ao considerarmos o processo mediante o qual o Brasil forjou a história de sua independência e a construção de sua identidade na época do Romantismo, o que aconteceu com certo número de liberdades poéticas, que, com certeza, não é próprio apenas do Brasil. Todos os estados nacionais da Europa inventaram verdadeiros contos de fada ao se constituírem como estados nacionais, assim como os estados das Américas¹³. A construção da identidade mítica brasileira se articulou em particular em torno de uma terminologia etnológica, que distingue cinco grandes grupos: os povos indígenas, os *colonizadores* portugueses, os escravos africanos, os *invasores* holandeses, franceses e espanhóis e os imigrantes: italianos, japoneses, russos, alemães, finlandeses, ucranianos, gregos, suíços, cidadãos otomanos (que podiam ser turcos, sírios, libaneses ou egípcios), chineses e outros. Nem é preciso insistir em demonstrar a

¹²Jack GOODY (2006) desenvolve detalhadamente o que ele chama de furto da história, mostrando como a Europa conseguiu impor a narrativa do seu passado ao resto do mundo.

¹³Esses contos ou lendas fundadoras forjam os seus heróis tanto a partir de personagens históricos retocados, como de figuras totalmente inventadas: Joana d'Arc ou Clóvis na França, Guilherme Tell na Suíça, a Kahina na Argélia, Drácula na Romênia...

inconsistência de tal categorização no que diz respeito aos povos não indígenas, como se todos não fossem imigrantes¹⁴. Mas, foi convencionalmente adotado o ponto de vista segundo o qual o nacionalismo pós-independência teria como fundamento o componente luso, que erigiria o português como língua com função de assegurar a coesão nacional.

A narrativa oficial da independência nacional do Brasil, aliás, toma algumas liberdades com a realidade histórica, com o intuito de lhe conferir um colorido ou uma dimensão heroica, enquanto os fatos tais como aparecem à luz de uma pesquisa fria e objetiva, na verdade, carecem singularmente da poesia romântica que deveria revestir os mitos fundadores de uma nação. Ao fugir de Portugal, quando da invasão das tropas de Napoleão, o rei D. João VI desembarca na cidade do Rio de Janeiro, que ele imediatamente proclama capital do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Vai então dar início a grandes obras de urbanização para tornar o Rio uma capital digna do seu Império, como avenidas, parques, palacetes e, naturalmente, o famoso Jardim Botânico. Entretanto, sob a pressão das Cortes Portuguesas, após a derrota final de Napoleão, será obrigado a abandonar a sua cidade tão querida para voltar a Lisboa, que ainda mal se refazia das ruínas do terremoto de 1755 e da ocupação francesa. Deixou no Brasil o seu filho Pedro, ao qual, em consequência da decisão das Cortes Portuguesas de restabelecer o antigo regime colonial, proclamou a separação dos dois países, ato que foi chamado de declaração de independência¹⁵. Naquela primeira etapa da consolidação do Brasil como estado nacional, o papel da Grã-Bretanha foi decisivo, quando, na curta guerra que se seguiu, os ingleses cuidaram de impedir a volta ao antigo estado colonial, o que não teria favorecido os seus interesses comerciais. Assim é que se pode explicar o nascimento deste pitoresco império tropical, governado por uma dinastia europeia (no caso, a família Orléans e Bragança), e pelos Habsburgos por meio das mulheres.

Esta monarquia será constituída de dois imperadores que vão se suceder, e vai contribuir para fazer da língua francesa um símbolo de reconhecimento das novas elites, do Império primeiramente, até os anos 1880, e em seguida da República até a 2ª Guerra Mundial. Vale a pena notar que tal símbolo de reconhecimento tinha um valor transnacional, no

¹⁴Nada impede, aliás, que povos ditos indígenas sejam imigrantes, como é o caso das comunidades índias guaranis de Angra e Paraty, no Sul do Estado do Rio de Janeiro, que chegaram do Paraguai na primeira metade do século XX. Conforme aos mapas elaborados por Curt Nimuendaju publicados em 1944 (e adaptados pelo IBGE em 1981), os povos indígenas na sua maioria eram incansáveis nômades.

¹⁵A criação artística contribuiu para a consolidação dos mitos fundadores da nação ao representar por exemplo dom Pedro 1º atravessando o riacho Ipiranga e gritando "*Independência ou morte!*". Trata-se de uma perspectiva apócrifa, naturalmente, popularizada pelo quadro pintado em 1888 por Pedro Américo, quando o Império do Brasil já estava moribundo.

mundo dito ocidental. Outra observação a ser feita é que o francês não era língua de imigrantes, com a notável exceção dos membros da Missão Científica e Artística Francesa do início do século XIX. Isso diferencia um pouco a língua francesa de outras línguas europeias presentes até hoje no Brasil, como, entre outros, o italiano, o alemão, o russo, o espanhol e, afinal, o próprio português, que eram, e são, línguas de imigrantes como das comunidades dos seus descendentes. Assim se explica o fato de este francês do Brasil ter sido o tal *bonfrançais*, ou seja, o francês da norma codificada na sua realização escrita, que a maioria dos franceses do século XIX ainda nem praticavam, e até desconheciam. Tampouco podemos esquecer que o francês, antes de ser consagrado língua nacional da república francesa jacobina e centralizadora, era a *koiné* das elites europeias desde o final do século XVII, sucedendo de certa forma ao latim¹⁶. O bilinguismo culto no Brasil será a marca das elites, o que não vai impedir essas mesmas elites de trabalharem na consolidação da língua portuguesa como língua nacional brasileira¹⁷.

Mencionemos ainda a existência de uma língua francesa ensinada nos colégios religiosos implantados no Brasil, dos quais grande parte foi fundada por membros das congregações francesas expulsas da França no início do século XX, por ocasião da aplicação das leis sobre a laicidade do ensino. Essa imigração fez com que nascesse no Brasil uma variante curiosa de francês, marcada discursivamente por uma impregnação católica que, no nosso conhecimento, não foi objeto de nenhuma pesquisa até hoje¹⁸.

Voltemos agora a considerar as outras línguas importadas pelos imigrantes aos quais aludimos acima. As migrações resultaram naturalmente na irrupção das línguas correspondentes, e assim se consolidaram em solo brasileiro a maioria das línguas europeias, além de línguas asiáticas como o chinês (nas suas diversas variantes) e o japonês; tampouco se pode esquecer a presença de línguas africanas, embora elas não tenham se fixado da mesma forma no Brasil¹⁹. Entretanto, é preciso observar que todas

¹⁶No fundo, haveria incompatibilidade entre as duas funções que podem ser atribuídas a uma mesma língua: a de ser uma língua “mundial”, e simultaneamente a de ser a língua de um estado nacional, participando de uma construção identitária coletiva e, como tal, se tornando instrumento do nacionalismo interno, assim como da elaboração ideológica do colonialismo moderno.

¹⁷É significativa a dificuldade que surgiu no Brasil na hora de dar um nome a tal língua nacional, com o demonstram os intitulados dos dicionários de língua publicados na época: nacional, brasileira, e enfim, hoje em dia, portuguesa. Como bem se sabe, houve um movimento dito “indianista”, que chegou a propor a adoção de uma língua indígena *standard*, de base tupi, ou simplesmente o renascimento da própria *Língua Geral*, tal como padronizada pelos missionários jesuítas.

¹⁸Daremos apenas um pequeno exemplo, escolhido entre outros: o uso amplamente difundido, entre locutores de uma idade avançada, da exclamação “*MonDieu de la France!*”, expressão a meu ver completamente ignorada na Europa, até na literatura dos séculos anteriores ao século XX.

¹⁹O caso da ausência de línguas africanas como línguas vernáculas se explica pela preocupação dos donos

essas línguas desembarcaram no Brasil nas suas modalidades orais, e, sobretudo, com as suas variantes, tais como eram faladas na época da sua importação. É importante levar em conta esse ponto, já que se pode constatar que essas línguas, quando continuam sendo faladas até hoje nas suas comunidades, nunca se realizam nas suas modalidades *standard*, ao contrário do que acontece geralmente cada vez mais na Europa atualmente. Um exemplo excelente pode ser encontrado em alguns vilarejos e cidades nas redondezas do município de Santa Tereza, estado de Espírito Santo, onde se pode ouvir a língua da Pomerânia, falar totalmente desaparecido na Europa dos dias de hoje, com o sumiço dos mapas políticos desta antiga província da Prússia após a 2ª Guerra Mundial. Como já vimos, o francês ocupava um lugar bastante diferente nessa Babel tropical. Entretanto, e tal é o ponto fundamental da nossa argumentação, existe um modelo francês extraordinariamente “bem-sucedido” de imposição centralizadora de uma norma linguística única, em detrimento de outras variantes ou línguas consideradas como minoritárias, o que constitui a grande mistificação da história nacional francesa. Por ter sido “bem-sucedido”, surgiu como se fosse uma evidência a necessidade funcional de instrumentalização da língua como ferramenta indispensável para a coesão nacional.

7. O destino nacional fracassado da Língua Geral

A representação do português que tradicionalmente se considera como língua de colonização, constitui um desvio considerável em relação à realidade histórica, quando considera com atenção. É preciso, em primeiro lugar, fazer uma distinção entre a colonização ibérica que triunfa no século XVI e aquela que se prolonga até o fim do século XVIII, por um lado, e o processo colonial mais moderno que se impõe no século XIX, mantendo-se até a primeira metade do século XX, por outro. Em outros termos, trata-se de distinguir o colonialismo mercantil de uma outra fase, que seria a do colonialista nacionalista pós-industrial, que chamaremos de agora em diante “colonialismo moderno”, para simplificar. A primeira forma de colonialismo foi a de nações cuja renda principal era constituída pelo comércio, como a Espanha, Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos, ou seja, a Holanda. Se o comércio das especiarias

de escravos de separar indivíduos da mesma etnia, na medida em que a política escravocrata consistia em dificultar ao máximo o surgimento de revoltas organizadas. Entretanto, as línguas africanas, se não estão em uso nas comunicações do cotidiano, não deixaram de marcar a sua forte presença no léxico do português brasileiro, sem contar o seu uso num contexto religioso, o das religiões tais como umbanda, candomblé, etc., em contraponto do latim dos católicos.

(cravo-da-índia, pimenta-do-reino e canela) e da seda, em primeiro lugar, depois da cana-de-açúcar e dos seus derivados, e enfim da mineração (ouro, prata, pedras preciosas), construiu a dimensão mundial dessas potências econômicas, a religião forneceu um argumento e um apoio constante à manutenção de uma política militar cínica, que encontrava assim a sua justificativa ideológica, indispensável para assegurar a permanência durável de uma situação de exploração e de dependência das populações locais.

É interessante notar que, no decorrer dessa fase, a religião foi instrumentalizada a serviço de uma política de controle dos povos, e não a língua, como vai acontecer numa fase posterior. De fato, as instituições missionárias segundam com eficiência o projeto colonial pela evangelização tanto das populações indígenas como, no caso das Américas, da mão-de-obra escrava importada da África. Entretanto, é notável que esta tarefa evangelizadora, realizada principalmente pelos jesuítas e pelos católicos, geralmente não se realiza nas línguas dos colonizadores, mas nas línguas vernáculas locais, ou na *koiné*

em uso na região (como o *bahasa malesia bazar* na Insulíndia que um dia viria a ser normalizado e gramatizado, com o nome de *bahasa indonesia* e de *bahasa malesia*, hoje línguas nacionais respectivas da Indonésia e da Malásia)²⁰.

Voltando ao caso do Brasil, é preciso lembrar o trabalho extraordinário das congregações religiosas e dos jesuítas em especial, que elaboraram um léxico e uma gramática fundando uma nova língua, a partir das variantes tupi-guaranis utilizadas por grande parte das populações indígenas. Isto constituiu um feito considerável, comparável ao dos gramáticos e filólogos do Renascimento, que realizaram uma obra semelhante na Europa, tanto na França como na Espanha, na Itália, na Inglaterra ou nos países de língua alemã. Se naqueles países os esforços resultaram na construção de línguas literárias oficiais chamadas um dia a se tornarem línguas “nacionais”, em terra brasileira e no Grão-Pará o mesmo trabalho resultou na criação de uma *koiné* prestigiosa, a *língua geral*. Como já lembramos, esta se baseia em falares indígenas tupi-guaranis, usados como língua de intercâmbio interétnico antes da chegada dos portugueses. Mas a nova política linguística imposta na segunda metade do século pelo primeiro ministro de Portugal, o marquês de

²⁰Um português “simplificado”, como já mencionamos acima, chegou a ser utilizado nos acordos políticos firmados, por exemplo, entre o rei de Ceilão (atualmente Sri Lanka) e do Sião (hoje Tailândia). Será até recomendado aos pastores missionários protestantes holandeses mandados para as Índias Neerlandesas (a atual Indonésia) a aprendizagem do *pidgin* português em uso no Sudeste da Ásia até o início do século XIX como língua comercial entre populações de línguas nativas diferentes.

Pombal, tentou pôr um fim à hegemonia dos jesuítas e dessa *língua geral*, para substituí-la pelo português²¹. Entretanto, a *língua geral* sobrevive no norte do país até hoje, embora moribunda, sob a sua forma moderna, o *nheengatu*.

Ao que parece, seria legítimo afirmar que o senso comum, nos dias de hoje, é condicionado por uma visão que instrumentaliza a língua, tanto nas políticas de conquista como na consolidação das consciências “nacionais”, enquanto essa mesma língua nem sempre – ou até nunca – funcionou com esse papel, como afinal a própria história da expansão colonial o demonstra, uma vez que essa função era atribuída à religião. É aí que, em nossa opinião, a história da língua francesa nos parece ter tido o papel de paradigma de uma língua usada como instrumento político e ideológico dos tempos modernos. Parece se verificar que a eleição da língua francesa²² – norma da Corte e, em seguida, norma *standard* da República – para representar esta função agregadora e identitária forneceu realmente um modelo retomado em várias partes do mundo.

8. A realidade da língua portuguesa do Brasil na época colonial: língua de *cristãos novos* e de *mouros*.

Nessas circunstâncias, seria legítimo se perguntar o que representava a língua portuguesa nas colônias mercantis do reino de Portugal, tanto na América do Sul como no Sudeste da Ásia. Na medida em que na Ásia predominava o comércio, iria se difundir pragmaticamente o uso de um *pidgin* de base lexical portuguesa, sem que houvesse nenhuma preocupação com impor-se uma língua, qualquer que fosse.

No caso do que constitui hoje o Brasil, e antigamente as colônias das capitâneas do Brasil e do Grão-Pará, a língua de contato efetivamente difundida, inclusive nas tarefas de evangelização, era a língua geral, da qual já falamos. Mas, qual era o real espaço da língua portuguesa nesse contexto? Como acabamos de ver, era afinal uma língua pouco falada além dos dois grandes centros urbanos da época, o Rio de Janeiro e Salvador da Bahia,

²¹ Seria pouco exagerado afirmar que, no fundo, tanto nas capitâneas do Brasil como no Estado do Grão Pará, a língua em uso, além das línguas indígenas locais, era a *Língua Geral*, enquanto havia apenas duas cidades que eram verdadeiramente portuguesas: São Sebastião do Rio de Janeiro e Salvador da Bahia.

²² A tal língua francesa, e é importante destacar esse fato, foi na verdade uma criação artificial do século XVI, por profissionais das letras, como escritores, impressores e livreiros, para substituir o latim na época em se difundia o livro como bem individual e mercantil, logo com a necessidade de se encontrar um mercado, para assegurar a vitalidade desta primeira grande atividade capitalista que era a indústria do livro.

Assim sendo, o francês “inventado” por autores como os poetas da Plêiade, Rabelais ou Montaigne, era uma modalidade meramente escrita, de forma que podemos dizer que a grande maioria dos franceses, até a 1ª Guerra Mundial, nem falavam francês como língua materna. Tal invenção, aliás, é explicitamente reivindicada por Joaquim Du Bellay, na sua *Defesa e Ilustração da Língua Francesa* (1549).

onde residiam os súditos portugueses, exilados além-mar, frequentemente contra a própria vontade, aliás. Com efeito, grande parte da população trabalhadora de origem ibérica não chegou ao exílio por sua própria vontade. Vale lembrar que grande parte dela era de confissão judaica ou muçulmana. As conversões forçadas empreendidas pela nova política religiosa dos soberanos da Península resultaram numa proporção importante da população formada por indivíduos chamados então de *crístãos novos* ou de *mouros*, suspeitos de não aderir com sinceridade à fé romana, e de praticar secretamente os seus antigos rituais condenados, os do judaísmo ou do islã²³. No confronto com a desconfiança das autoridades e da Inquisição muitos foram os que escolheram o caminho do exílio para a África do Norte, o Oriente Próximo e Médio, ou ainda o Novo Mundo, e o Brasil em particular, onde o braço da Inquisição era menos temível.

Isso significa que a língua portuguesa no Brasil foi, em grande parte, uma língua minoritária de populações urbanas constituídas na sua maioria por esses *crístãos novos*. Mas os pioneiros e aventureiros dos imensos espaços do interior, constituindo o grosso da população “imigrada” da época, frequentemente mestiços, praticavam não o português, mas essa famosa *lingua geral*, que contribuíram para elaborá-la. Uma violenta virada ocorreu no fim do século XVIII, quando o marquês de Pombal decidiu impor uma política linguística fazendo do português a língua oficial das colônias, exatamente na época em que emergia na Europa do Iluminismo a ideia de uma língua nacional, cimento das nações, substituindo de certa forma o papel das religiões como fator de coesão.

À luz desses exemplos, temos o caráter quase acidental da presença da língua portuguesa no decorrer da expansão colonial. Mesmo que essa língua houvesse adquirido títulos de nobreza por causa de sua produção literária, nada forçaria que fosse eleita língua nacional nos territórios que viriam a se emancipar da tutela de Lisboa no século XIX. No entanto, a história tal como virá a ser narrada a partir do século XIX, vai retomar a história mitológica da língua francesa, tal como fora elaborada pelo romantismo e pelo positivismo. Assim é que o papel quase religioso da língua francesa para a constituição da unidade ideológica nacional serviu de modelo para os outros estados nacionais em fase de construção ou de consolidação, os países da Europa na conquista do Mundo.

²³ Aliás, é um fato raramente lembrado que havia muitos espanhóis de religião muçulmana (sem que fossem nem árabes, nem berberes). A maioria deles, como os judeus, entre os séculos XVI e XVIII, se refugiaram no Marrocos ou no Império Turco Otomano, que se estendia da atual Argélia ao Iraque. Nos arredores de Túnis, havia ainda em pleno século XIX pequenas cidades povoadas de muçulmanos que continuavam a falar espanhol, e para os quais o árabe era meramente uma língua sagrada, a língua do Alcorão, da qual porém não faziam uso na sua vida cotidiana.

9. O modelo que opõe centro a periferia: um paradigma obsoleto.

Na perspectiva deste modelo francês que, a partir do Classicismo até o século XX, constrói uma língua dita, numa primeira fase, língua da Corte, que virá em seguir a ser chamada de língua *standard*, pouco se distingue na realidade da norma dita culta. Até recentemente, o modelo estabelecia um conceito de centro, em contraste com uma periferia, construída a partir desse centro. Na medida em que, segundo a nossa hipótese, esse modelo vai se enfraquecendo, o que permite prever que voltaremos em breve a um mapa colorido impressionista²⁴ da coabitação de falares diversos, cujos falantes compartilharão – ou não – uma *língua franca*, vai surgindo uma língua de contato ou uma *koiné*, que não seria língua materna de ninguém, no caso de esses locutores serem de língua materna diferente. Nos tempos atuais, parece que o modelo centralizado de uma língua consensual *standard*, como o *hochdeutsch*, o *bon français*, o *received English* ou ainda o árabe dito *literal*, normas que seriam consideradas superiores às outras variantes relativamente desconsideradas, é cada vez menos viável, por ser menos consensual!

Assistimos nos dias de hoje a uma legitimação das variantes – talvez seria mais exato falar em re-legitimação, considerando a situação há poucos séculos atrás. Além do mais, a distribuição espacial (geográfica) das variantes tende a desaparecer, em consequência ao mesmo tempo da maior rapidez das migrações, e da velocidade dos meios de comunicação. Logo, podemos afirmar que a periferia se juntou ao centro, ou que o centro se “periferizou”²⁵. Em vez do modelo considerado tradicional e válido para todas as “grandes” línguas do planeta, com uma língua-norma “correta” ou *standard*, cercada de pitorescos dialetos regionais, ou de socioletos marcados e legitimados por identidades de classes sociais, constatamos nos dias de hoje a realidade sociolinguística de uma superposição de variantes no mesmo espaço, onde se afirmam as contribuições de coletividades originadas da imigração, ou ainda normas próprias de classes etárias usando línguas próprias de subúrbios, com processos complexos de empréstimos, de fusões, de contatos e de conflitos, que apagam em grande parte as antigas referências geográficas dialetais.

²⁴ Na medida em que fica difícil estabelecer fronteiras nítidas entre territórios linguísticos, quando as línguas se misturam, qualquer atlas linguístico se pareceria mais com um quadro impressionista onde as cores se cavalgam por cima umas das outras e se fundem, em vez dos mapas políticos tradicionais.

²⁵ Tal fenômeno não é mais característico apenas dos grandes centros urbanos cosmopolitas do mundo, mas também das cidades pequenas do que era chamado um dia de “primeiro” mundo.

A importância da emergência destas novas normas é atestada pela sua atuação essencial em formas artísticas como a música popular, e a sua transcrição nos novos veículos da comunicação moderna tais como os *chats* e as mensagens instantâneas dos celulares, por exemplo. O caráter hegemônico de uma norma *standard*, como a língua de ensino em particular, fica cada vez mais ameaçado num novo *front*. Parece assim se verificar que o modelo hierarquizado – tanto na sua forma piramidal como na sua realidade planetária – fique a cada dia que passa mais abalado pelas novas realidades sociolinguísticas²⁶.

10. No centro da Europa: a questão das fronteiras na Suíça

Mostraremos aqui que as fronteiras políticas, longe de ser o resultado de diferenças linguísticas, foram as suas causas, ao contrário da narrativa da história oficial, com as suas raízes românticas e justificativas positivistas. O mundo pré-moderno era muito mais multilíngue do que geralmente se imagina, e os falantes de determinados dialetos mal tinham consciência de pertencer ao que viria a se chamar de “família linguística”. As fronteiras políticas internas atuais da Confederação Helvética NUNCA acompanham as fronteiras linguísticas, o que não deixa de ser um fato aparentemente paradoxal, em termos de consciência de identidade coletiva.

Essas fronteiras políticas são o fruto da história e de ferozes guerras. Na realidade, as línguas, nessas épocas, pelo menos até o Renascimento, não tinham praticamente nenhuma função identitária. Em compensação, principalmente as religiões preenchiam este papel unificador e divisor ao mesmo tempo, já que a identidade, afinal, procede da definição da alteridade, ou, em outros termos, daquilo que eu não sou. É por esses motivos que as considerações sobre o estado das fronteiras e das línguas na Suíça podem ser estendidas aos mecanismos gerais de contatos.

A Suíça constitui um exemplo clássico de estado-nação construído no século XIX como os outros estados-nações da Europa e das Américas. Entretanto, ela elaborou uma forte identidade mitológica sem recorrer a uma língua nacional, exceção notável no contexto histórico da época. Quando se fala de representação do francês e das suas normas, assim como das relações mantidas com as línguas “nacionais” vizinhas, ou seja, o alemão, o italiano e o francês, vale a pena examinar de perto um fato raramente mencionado quando

²⁶ Por sinal, como já o dissemos em outra ocasião, o velho adágio latim “*Verba volant, scripta manent*” parece completamente invertido hoje, na idade das mensagens instantâneas e efêmeras dos celulares e da internet, e da gravação da voz...

a Suíça é citada como um caso singular de estado-nação multilíngue. Pode parecer extraordinário constatar que as fronteiras linguísticas praticamente nunca coincidem com as fronteiras políticas dos estados, isto é, dos cantões.²⁷ É o caso em particular dos limites entre as áreas francófonas e germanófonas, formando uma linha que serpenteia, a partir de Basiléia, através os cantões do Jura, de Berna, de Friburgo e de Valais. Vale lembrar que as fronteiras cantonais²⁸ foram definidas ao longo da história há vários séculos, e que, em grande parte, corresponderam às fraturas religiosas a partir do movimento da Reforma protestante, em torno de 1500. Isso confirma, portanto, a ideia segundo a qual as identidades coletivas se fundavam não em disparidades linguísticas, mas em diferenças religiosas. Na verdade, tal fato, além de exemplificar a necessidade de uma perspectiva ecossistêmica para entender situações geolingüísticas que tanto devem à história, não deveria causar tanta surpresa, na medida em que se deve lembrar que, na época, não havia variedade normativa, ou seja, língua *standard*, nem nas línguas românicas, nem nas línguas germânicas, e que, tanto na escrita como na comunicação entre elites intelectuais (o clero) o que predominava era o uso do latim.²⁹ Além do mais, como bem sabemos, os falares locais eram extremamente diferentes, apesar de distâncias relativamente pequenas entre eles. Esse mosaico de línguas fazia parte do dia-a-dia do mundo medieval, ou, diríamos até, do mundo em geral. Assim sendo, a língua vernácula tinha certamente um papel mínimo na construção das identidades culturais, em face de outras dimensões sociais e culturais como a religião, a classe social, ou a geografia, entre outras. Novamente, destaca-se a importância de uma visão holística e dialética para a compreensão dos fenômenos envolvidos no contato, seja ele de natureza linguística, ou de maneira mais geral, intercultural.³⁰

²⁷Valeria, embora não haja espaço aqui, observar que o conceito de fronteira, considerado hoje como uma linha de limite, intocável e unidimensional, consistia outrora uma área ou faixa ampla, uma *zona* (*faixa*, em grego) de intercâmbio e de misturas culturais, como por exemplo, na Espanha medieval, numa época afinal mais pacífica de que a história oficial sugere, de coabitação e de comércio entre os reinos muçulmanos e os estados do Norte com soberanos cristãos. Entretanto, nas cidades de todos os reinos ibéricos encontravam-se comerciantes e artesãos de todas as confissões religiosas. É a este conceito de fronteira que se referem topônimos como o de Jerez de la Frontera.

²⁸Os cantões suíços são constituídos de territórios estaduais que se beneficiam de uma soberania própria muito maior do que os estados do Brasil ou dos Estados Unidos.

²⁹Até o século, na Cristandade, ou seja, na área constituída pelo que se chama de Europa nos dias de hoje, as obras escritas e, língua vulgar, como romances épicos ou líricos, poesias e peças de teatro, constituíam essencialmente transcrições fonéticas de uma literatura antes de tudo oral, destinada a ser recitada, declamada, cantada ou representada no palco. Aliás, seria mais conveniente falar em *oratura*, em vez de *literatura*!

³⁰Para se ter uma ideia da naturalidade com a qual era considerado o multilinguismo na Antiguidade, por exemplo, refiro-me a obras como aquelas escritas ou organizadas por Florence DUPONT, *Façon de parler grec à Rome*, ou ainda, *Rome, la villesans origine*.

Em consequência, podemos ver na paz das línguas na Suíça uma sobrevivência de tempos antigos, quando elas ainda não eram instrumentalizadas a serviço de novas cristalizações espaciais e temporais, que caracterizam em particular o período de formação do capitalismo e da revolução industrial, em outras palavras, a criação e a consolidação dos estados-nações. O arcaísmo dessas formas políticas que são as marcas do estado federal suíço se reflete também, como nota HAGÈGE (2000), na sobrevivência das antigas formas alemânicas dos dialetos suíços. Com efeito, essas formas ditas “regionais” são extremamente dinâmicas, mais vivas hoje do que nunca, e atualmente estão cada vez mais normatizando as suas modalidades escritas.

Gostaria ainda de destacar a representação jacobina centralizadora francesa. A política a ela associada teve, afinal, pouco impacto na Suíça ocidental francófona, onde domina um pragmatismo que se parece mais com a cultura anglo-saxônica, em oposição à concepção institucional francesa que instrumentaliza a língua para fins políticos ou ideológicos. Com efeito, não existe, por exemplo, nenhuma academia da língua – ao contrário da Bélgica francófona, que se dotou de uma Academia Real –, assim como fizeram todos os países de língua oficial castelhana. Em minha opinião, a adoção do francês *standard* ocorreu a reboque da ideologia linguística francesa, conservando-se durante muito tempo uma diglossia sem muitos conflitos nem coerção escolar.³¹ O assunto mereceria um maior aprofundamento, tanto no que diz respeito ao papel como aos implícitos de uma política linguística. No entanto, poder-se-ia se dizer que, por baixo da piada que pretende que os suíços se entendem bem por não se compreenderem, há afinal uma grande verdade: a de que as línguas, se de um lado servem para os homens se comunicarem, podem também preencher um papel não menos importante, o de delimitar e dividir, na sua função identitária.

11. Língua e cultura, contatos e conflitos: as propostas promissoras dos estudos ecossistêmicos

Qual é a função das línguas na formação das identidades sociais e culturais, assim como verificar de que modo as sociedades, as suas composições estruturais e culturais podem determinar as línguas tanto estaticamente como na sua dinâmica, tais nos parecem tarefas

³¹ Assinalamos aqui, que até a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a maioria absoluta da população francesa não falava o idioma oficial nacional (*le “bon” français*), mas apenas as variedades ou línguas locais.

primordiais da ecolinguística. Propomos que para realizar esse tipo de pesquisa recorramos a trabalhos tais como os da chamada “*interseccionalidade*” (*intersectionnalité*), porém, acrescentando aos fatores condicionantes de sexo, raça e classe (são esses dados que são principalmente considerados pela filósofa Elsa DORLIN), e também o de língua.

Seria interessante também prosseguir na reflexão proposta revisando as pesquisas sobre a elaboração de determinados métodos de aprendizagem das línguas e das visões do mundo por elas apresentadas, em particular quando, de forma subliminar, pretendem de alguma forma, ensinar ao discente mais como se tornar americano, francês ou alemão, do que ensinar propriamente inglês, francês ou alemão. Consideração que pode parecer um tanto exagerada ou ridícula, porém, uma análise do discurso de muitos métodos pedagógicos em uso só deveria confirmar essa crítica. É fácil estigmatizá-los ou ridicularizá-los por parecerem enganar a si mesmos ao errar o alvo, confundindo língua e cultura. No entanto, até nesse equívoco podemos vislumbrar uma vantagem enriquecedora, como observou o escritor libanês Amin MAALOUF (2009), ao se considerar a língua como fator de identidade torna-se possível a aquisição de identidades múltiplas, ou seja, o indivíduo consegue um grau de liberdade maior, de várias facetas. Em especial, esse autor faz questão de destacar que são as sociedades que moldam as religiões, e não o inverso. As relações que as sociedades mantêm com as línguas por elas utilizadas ficam fortemente impregnadas dos valores e das visões culturais que elas vão elaborando. Isso não significa que determinada língua seja fatalmente destinada a veicular para sempre os valores construídos pela comunidade de seus usuários. Trata-se aqui de um debate complexo, que será preciso desenvolver, sobre as relações ambivalentes entre línguas e culturas.³² Ou, em outros termos, uma língua pode tanto se constituir como instrumento de hegemonia, como refletir a diversidade e a riqueza das culturas das quais ela é o veículo de expressão. Arma de opressão, ou ferramenta de liberdade, tais são as perspectivas contraditórias que a língua pode abrir, às vezes simultaneamente. Neste sentido, são realmente as sociedades que podem moldar as línguas, como, aliás, elas forjam as religiões. Aquilo que se chama em determinada literatura de “gênio” das línguas é finalmente meramente uma mistificação, que resulta da sua instrumentalização por certa

³²Não podemos deixar de mencionar a importante contribuição do pesquisador linguista e antropólogo Daniel EVERETT (2012) que publicou uma vasta compilação a respeito na sua obra *Language, the Cultural Tool*.

mentalidade própria de uma época e de um lugar. Mas nem por isso se deve considerar as línguas como responsáveis pela hegemonia ou pela diversidade cultural.

12. O crepúsculo das normas vernáculas

Ninguém percebeu melhor, analisou e pôs em contexto a “dissolução das normas, dos valores e dos tecidos sociais tradicionais”, no decorrer da segunda metade do século XX, senão o historiador Eric HOBBSAWM, em particular no seu trabalho *As Idades dos Extremos*. Trata-se da emergência do fenômeno dito do comunitarismo, que atinge tanto a América do Norte como a Europa, e parte do resto do mundo, sobretudo a partir dos anos noventa. Acontece que esse fenômeno é geralmente confundido com a ascensão dos nacionalismos, que se realizariam através dos regionalismos separatistas, em que a língua se revela um importante parceiro instrumentalizado.

Trata-se de uma confusão, pois ocorre na realidade um processo que está minando o nacionalismo elaborado na Europa ao longo do século XIX. Hobsbawm demonstra muito bem que, apesar das aparências, estamos assistindo agora a movimentos absolutamente diferentes e divergentes, pelos quais uma homogeneização e uma solidariedade que legitimavam a constituição do estado nacional estão sendo solapadas pelo que o autor chama de “egoísmo” regional causado por um desequilíbrio crescente no interior dos estados-nações constituídos. Além do mais, a constituição dessas novas identidades coletivas abandona o suporte material do território, já que, por exemplo, chega-se a se falar de *queer nation* nos Estados Unidos, ou de nação islâmica, para citar apenas dois exemplos.

A tese de Hobsbawm nos parece perfeitamente adequada para explicar as mudanças que afetam as práticas e as representações linguísticas que se mostram nos dias de hoje. Fornece a chave para compreender a dissolução das variantes linguísticas tidas até recentemente como normas do falar “correto”, ou seja, da língua central consensual, normativa.

É interessante notar que está ultimamente emergindo no Brasil uma verdadeira tomada de consciência do patrimônio representado pela diversidade linguística que convive com a língua oficial: as inúmeras línguas ditas indígenas, assim como as dos descendentes de

imigrantes, por exemplo, as variedades alemãs ou italianas, entre muitas outras, que às vezes desapareceram na Europa e se conservam no Brasil. Assim sendo, a sua “brasilidade” se afirma cada vez mais no âmbito nacional³³.

Referências

- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London/New York: Verso, 2000.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- BEN JEMIA, M. N. *La langue des derniers musulmans de l'Espagne*. Tunis: Publications de l'Université de Tunis, 1987.
- DORLIN, E. *Sexe, race, classe; pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009.
- DORLIN, E. *La matrice de la race: généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. Paris: La Découverte, 2006.
- FREIRE, J. B. *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro : Atlântica, 2004.
- GEARY, P. *Quand les nations refont l'Histoire. L'invention des origines médiévales de l'Europe*. Paris : Flammarion, 2004. (*The Myth of nations. The medieval origins of Europe*. Frankfurt am Main : Taschenbuch Verlag, 2002).
- GELLNER, P. *Nations et nationalismes*. Paris :Payot, 1999. (*Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983).
- HAGÈGE, C. *Le soufflé de la langue*. Paris : Odile Jacob, 2000.
- JOSEPH, J. E. *Language and Identity. National, Ethnic, Religious*. Basingstoke e Nova Iorque : Palgrave Macmillan, 2004.
- HOBSBAWM, E. J. *Ages of Extremes : The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres : Michael Joseph Ltd, 1994.
- JERAD, N. *La publicité, un champ pour un nouvelle lecture du contact de langues ai Maghreb*. Rio de Janeiro : GIEL, 2012 (à paraître).
- KLINKENBERG, J. M. *La langue et le citoyen : pour une autre politique de la langue française*. Paris : PUF, 2001.
- LIMA, S. B. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000 (1981).
- MAALOUF, A. *Le dérèglement du monde*. Paris : Grasset, 2009. MERLIN-KAJAN, H. *La langue est-elle fasciste ? Langue, pouvoir, enseignement*. Paris : Seuil, 2003.
- MICHAELS, B. W. *La diversité contre l'égalité*. Paris : Liber/Raisons d'agir, 2009.
- REYNAUD-PALIGOT, C. *De l'identité nationale. Science, race et politique en Europe et aux Etats-Unis XIXe-XXe siècle*. Paris: PUF, 2011.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAND, S. *Comment le peuple juif fut inventé*. Paris : Fayard, 2008.
- SÉNAC, R. *L'invention de la diversité*. Paris: PUF, 2012.
- WEIL, P. *Liberté, égalité, discriminations: l'identité nationale au regard de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 2009.

³³Inclusive já se fala em *Brasildeutsch*, de *RiograndenserHunsrückisch* ou ainda de pomerânio capixaba, por exemplo.

ECO-REBEL

ZIMMER, O. *A Contested Nation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Recebido: 20/06/2014.
Reformulado: 20/02/2015
Aceito: 02/07/2015.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.